

GUSTAVO TEPEDINO
JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES

Coordenadores

AUTONOMIA PRIVADA,
LIBERDADE EXISTENCIAL
E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2019

© 2019 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

A939 Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais/
Gustavo Tepedino, Joyceane Bezerra de Menezes (Coord.)–
Belo Horizonte : Fórum, 2019.

810p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0585-8

1. Direito Civil. 2. Direito Constitucional. I. Tepedino, Gustavo.
II. Menezes, Joyceane Bezerra de. III. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da
Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEPEDINO, Gustavo; MENEZES, Joyceane Bezerra de (Coord.). *Autonomia
privada, liberdade existencial e direitos fundamentais*. Belo Horizonte: Fórum,
2019. 810p. ISBN 978-85-450-0585-8.

1135238

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
GUSTAVO TEPEDINO, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES	19

DOCTRINA ESTRANGEIRA
AUTONOMIA E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

FIXAÇÃO CONTRATUAL DOS DIREITOS DO CREDOR. UM OLHAR LUSO-BRASILEIRO	
ANTÔNIO PINTO MONTEIRO.....	23
1 Apresentação.....	23
2 Exclusão e limitação convencional da responsabilidade: noção e delimitação.....	24
3 Regime jurídico.....	27
3.1 Coordenadas do problema.....	27
3.2 Regime jurídico geral.....	30
3.3 Regime jurídico especial.....	30
4 Efeitos	32
4.1 Em caso de validade	32
4.2 Em caso de invalidade.....	32
5 Cláusulas penais: noção e funções.....	32
5.1 A pena como avaliação convencional do dano – a cláusula de fixação antecipada da indenização.....	33
5.1.1 A pena substitui a indenização.....	34
5.1.2 O credor não tem de provar o dano	34
5.1.3 Convenção sobre o dano excedente.....	36
5.1.4 Redução da pena	37
5.2 A pena como sanção – cláusulas penais compulsórias.....	41
5.2.1 Cláusula penal pura ou exclusivamente compulsória.....	43
5.2.2 Cláusula penal em sentido estrito ou propriamente dita.....	43
6 Conclusão.....	45

PRIVATE AUTONOMY AND TESTAMENT'S CONTENT IN THE INHERITANCE RIGHT. THE FALL OF TRADITIONAL BELIEFS IN THE ITALIAN LEGAL SYSTEM	
VINCENZO BARBA, CARLO D'ORTA	47
1 Introduction	47
2 The planning of the right of succession of the testator through the categories of the deed between the living and the act of last	50
3 Private autonomy in inheritance law	51
4 The content of the testament and the private autonomy of the testator: the problem of the dissolution clause of the heir.....	55

CAPACIDAD JURÍDICA Y SISTEMA DE APOYOS TRAS LA CONVENCIÓN ONU DE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD INMACULADA VIVAS TESÓN.....	59
1 Un decenio de convención ONU en el ordenamiento jurídico español.....	59
2 Dos preceptos clave de la convención: sus arts. 12 y 19	64
3 Capacidad jurídica y sistema de apoyos: nuevas exigencias y nuevas respuestas.....	67
Referencias	73

INCIDENCIA DE LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DERECHO PRIVADO EN LA REGULACIÓN DE LA VIDA COTIDIANA DE LAS PERSONAS – EL CASO DEL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE LA NACIÓN ARGENTINA	
RICARDO LUIS LORENZETTI	77
Introducción.....	77
La tutela de los vulnerables como pre-requisito para alcanzar la igualdad real	78

I	Autonomía privada.....	80
	Los sistemas de apoyo.....	84
	Rol del juez: trato personal y revisiones periódicas.....	85
II	Libertad existencial.....	85
III	Derechos fundamentales.....	88
	Conclusión.....	90

DOCTRINA NACIONAL

AUTONOMIA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E AUTONOMIA PESSOAL

DANILO DONEDA, LAURA SCHERTEL MENDES, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA, NORBERTO NUNO GOMES DE ANDRADE.....	95
Impactos da introdução de IA em mecanismos decisoriais: personalidade, autonomia e riscos de discriminação.....	97
Autonomia, personalidade jurídica e responsabilidade de robôs.....	101
A ética de dados como estrutura analítica e operacional para a compreensão e a aplicação de Inteligência Artificial e algoritmos.....	105
Riscos e desafios éticos da IA.....	107
Redução do controle humano.....	107
Remoção da responsabilidade humana.....	108
Desvalorização de competências humanas.....	108
Erosão da autodeterminação humana.....	108
Facilitação de condutas humanas controversas ou mesmo malévolas.....	108
Preconceito e (in)justiça.....	109
Benefícios e oportunidades da IA.....	109
Cuidados de saúde.....	109
Acessibilidade.....	109
Agricultura e meio ambiente.....	110
Transporte.....	110
O papel dos quadros éticos corporativos.....	110
Conclusão.....	112
Referências.....	112

AUTONOMIA EXISTENCIAL

O DIREITO À EXISTÊNCIA CIVIL DE PESSOAS INTERSEXUAIS: UM QUESTIONAMENTO DO ESTATUTO JURÍDICO DO GÊNERO

ANA CARLA HARMATIUK MATOS, ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS.....	117
1 Introdução.....	117
2 Questionando o estatuto jurídico do gênero: a (in)existência da pessoa intersexual no Direito.....	120
3 A matriz heteronormativa perpassa o Direito: o jurídico como espaço de relações de dominação.....	125
4 Estratégias possíveis: o Direito em (trans)formação.....	128
5 Conclusão.....	133
Referências.....	134

AUTONOMIA DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL, DIRETIVAS ANTECIPADAS PSIQUIÁTRICAS E CONTRATO DE ULISSES

EDUARDO ROCHA DIAS, GERALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR.....	137
1 Introdução.....	137
2 Diretivas antecipadas em saúde mental e contrato de Ulisses.....	139
3 Compatibilidade entre as manifestações volitivas do paciente com transtorno mental e o Direito brasileiro.....	145
Conclusões.....	149
Referências.....	150

PRIVACIDADE E OS DESAFIOS DE SUA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA: DO DIREITO DE SER DEIXADO EM PAZ AO DIREITO AO ESQUECIMENTO

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, BRUNO DE LIMA ACIOLI.....	151
Introdução.....	151
1 A privacidade como valor moderno e sua evolução histórica.....	152
2 As origens do direito à privacidade nos EUA e o direito de ser deixado em paz.....	153
3 O direito à privacidade na Europa e no Brasil e a concepção contemporânea de privacidade.....	157
4 O direito ao esquecimento.....	160
Considerações finais.....	163
Referências.....	164

A NATUREZA JURÍDICA DA DOAÇÃO COMPARTILHADA DE OÓCITOS EM TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, RAFAELA JARDIM SOTO WALLAUER.....	167
Introdução	167
1 As técnicas de reprodução humana assistida	169
2 Doação voluntária e doação compartilhada de oócitos: um ato de autonomia corporal	176
3 A natureza jurídica da doação de gametas femininos e sua gratuidade	180
Considerações finais	185
Referências.....	186

DESAFIOS PARA A TUTELA DO DIREITO DE NÃO SABER: CORPO, AUTONOMIA E PRIVACIDADE

THAMIS DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO.....	191
Introdução	191
1 A função promocional da privacidade.....	193
2 Expansão da tutela jurídica do corpo e da privacidade	196
3 O direito de não saber.....	200
4 Considerações finais	203
Referências.....	204

DIREITO CIVIL, CODIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

A UTILIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS COMO INSTRUMENTO DA METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

ANA BEATRIZ LIMA PIMENTEL LOPES, RAPHAELLA PRADO ARAGÃO DE SOUSA.....	207
1 Introdução	207
2 Metodologia do Direito Civil Constitucional.....	208
3 Breve abordagem sobre a Teoria do Direito aplicada ao Direito Civil.....	212
4 O ganho hermenêutico alcançado por meio dos precedentes judiciais na perspectiva do Direito Civil Constitucional ..	217
5 Conclusão	223
Referências.....	223

A PROTEÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU PSÍQUICA CONTRA A FLUÊNCIA DE PRAZOS PRESCRICIONAIS

EDUARDO NUNES DE SOUZA, RODRIGO DA GUIA SILVA.....	227
1 Introdução	227
2 Termo inicial dos prazos prescricionais e decadenciais em perspectiva funcional.....	231
3 Proteção do titular do direito com discernimento reduzido quanto ao termo inicial dos prazos de prescrição e decadência	239
4 Reflexos da mudança superveniente da capacidade do credor na fluência de prazos de prescrição e decadência.....	251
5 Indenização em favor do titular com discernimento reduzido pela inércia de seu representante legal em obstar ou arguir a prescrição	256
6 Síntese conclusiva.....	263
Referências.....	264

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E INFORMAÇÃO EM FACE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE: ANÁLISE COM BASE NA ADI Nº 4.815

GINA VIDAL MARCÍLIO POMPEU, INÊS MOTA RANDAL POMPEU	269
1 Introdução	269
2 Liberdade de expressão como condição <i>sine qua non</i> para a democracia	270
3 A busca pela convivência harmônica entre a liberdade de expressão e os direitos da personalidade.....	273
4 Biografias não autorizadas como exercício da liberdade de expressão	275
5 Conclusão	280
Referências.....	281

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO E RELAÇÕES PRIVADAS: A RAZOABILIDADE E O PAPEL DO JUIZ NA PROMOÇÃO DOS VALORES CONSTITUCIONAIS

GUSTAVO TEPEDINO.....	285
1 Técnicas de interpretação e o princípio da segurança jurídica: o <i>substantive due process</i> e os métodos da razoabilidade e da proporcionalidade	285
2 Incertezas conceituais sobre a razoabilidade: delimitação relativa ao conceito de equidade.....	289
3 Razoabilidade como método necessário e permanente: identificação dos critérios substanciais nas sentenças do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	290

4	Razoabilidade e proporcionalidade: identidade funcional na experiência brasileira.....	293
5	Os problemas do formalismo e do subjetivismo na legalidade constitucional: o direito como criação permanente	295
6	Conclusão	296

DIREITO FUNDAMENTAL E EXPRESSÃO RELIGIOSA: ENTRE A LIBERDADE, O PRECONCEITO E A SANÇÃO		
LUIZ EDSON FACHIN.....		299

INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PRIVADO: O DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO EM DIÁLOGO COM A CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA.....		309
1	Introdução	309
2	O Direito hoje e as três vertentes dos Direito Civil Constitucional	314
3	Pressupostos da Crítica Hermenêutica do Direito	319
4	Conclusão	326
	Referências.....	326

NOVAS TECNOLOGIAS

PLATAFORMAS DIGITAIS, *BIG DATA* E RISCOS PARA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

ANA FRAZÃO.....		333
I	Introdução	333
II	As características e funções das plataformas digitais	334
III	A relação simbiótica entre plataformas digitais, <i>big data</i> e <i>big analytics</i>	336
IV	As plataformas digitais e os riscos para a privacidade e o controle sobre os dados pessoais	339
V	As plataformas digitais e os riscos para a identidade e as opções de vida dos usuários: a caixa-preta dos algoritmos	341
VI	As plataformas digitais e os riscos para a própria liberdade: o negócio de influenciar consciências	345
VII	Considerações finais	347
	Referências.....	348

DA IMPREVISÃO AO EQUILÍBRIO CONTRATUAL

ANDERSON SCHREIBER.....		351
1	<i>Théorie de l'imprévision</i> : origem e expansão.....	351
2	A experiência brasileira.....	353
3	A imprevisível imprevisão: a arbitrariedade das decisões judiciais.....	355
4	O necessário deslocamento do foco para o desequilíbrio contratual	361
5	Princípio do equilíbrio contratual: em busca da efetividade.....	365
	Referências.....	365

DIREITOS DE AUTOR NA ERA DIGITAL: DESVENDANDO FRONTEIRAS ENTRE TECNOLOGIA E ARTE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO

FERNANDA NUNES BARBOSA.....		369
1	O caso	369
2	O enunciado normativo da Lei de Direitos Autorais: o art. 29 e a vedação à utilização de obra sem a autorização prévia e expressa do autor	370
3	A responsabilidade civil e o chamado lucro da intervenção	375
4	Literatura e música: possíveis pontos de contato para a solução do problema concreto	377
5	Conclusão	378
	Referências.....	379

NOVAS FAMÍLIAS

CASAMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E PSÍQUICA

ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES		383
1	A pessoa com deficiência com aptidão para o exercício de situações jurídicas existenciais.....	383
2	Condições para o exercício do direito de casar.....	388
3	Regime de bens.....	396
4	Tomada de decisão apoiada e casamento.....	398
	Conclusão	402
	Referências.....	403

O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA EXISTENCIAL DO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE HORMONIOTERAPIA EM FACE DA AUTORIDADE PARENTAL

ANA PAOLA DE CASTRO E LINS.....		405
1	Introdução	405

2	Autonomia existencial do adolescente: de objeto de proteção a sujeito de direitos.....	407
3	Autonomia corporal do adolescente.....	408
4	O consentimento livre e esclarecido do adolescente nos atos de disposição do próprio corpo: capacidade versus discernimento	409
5	A hormonioterapia como exercício da autonomia existencial do adolescente	412
6	Terapia hormonal no tratamento de disforia de gênero em adolescente: a necessária mitigação da heteronomia estatal	413
7	Conclusão	415
	Referências.....	417

DESFILIAÇÃO – A AUTONOMIA PRIVADA COMO FUNDAMENTO PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO VÍNCULO PATERNO-FILIAL

	ANTÔNIO JORGE PEREIRA JUNIOR, ANA MÔNICA ANSELMO DE AMORIM.....	423
	Introdução	423
1	A filiação no Direito brasileiro: tempo de redefinição?	424
2	O dever de cuidado nas relações paterno-filiais: socioafetividade e sociodesafetividade	427
3	Desfiliação – A autonomia privada como fundamento para a desconstituição do vínculo paterno-filial	428
	Conclusão	431
	Referências.....	432

AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E TOMADA DE DECISÃO APOIADA: ALCANCE, EFEITOS E FINS

	VITOR ALMEIDA	435
	Introdução: dependência, apoio e tomada de decisões	435
1	A rede de apoios à pessoa com deficiência: fins e transformações	436
2	Tomada de decisão apoiada: função, alcance e efeitos	441
	Considerações finais: o protagonismo de sua história.....	447
	Referências.....	448

TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO SUCESSÓRIO

UMA RELEITURA DO DIREITO REAL DE HABITAÇÃO PREVISTO NO ART. 1.831 DO CÓDIGO CIVIL

	ANA LUIZA MAIA NEVARES	451
1	A família como fundamento da sucessão hereditária.....	451
2	O direito real de habitação previsto no artigo 1.831 do Código Civil	452
3	A função do direito real de habitação. Imperiosa necessidade de se analisar as condições pessoais de seu beneficiário.....	454
4	Por que uns e não outros? A escolha dos vínculos familiares a serem tutelados	458
5	Conclusão	460
	Referências.....	461

AUTONOMIA PRIVADA E FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

	DANIELE CHAVES TEIXEIRA.....	463
1	Notas introdutórias.....	463
2	O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea	464
3	Autonomia privada e sua funcionalização	465
4	A flexibilização dos pactos sucessório	470
5	Considerações finais	477
	Referências.....	477

CONEXÕES: SUCESSÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

	EROLTHS CORTIANO JUNIOR	481
1	Delineamentos e premissas: um conceito restrito de sucessão <i>causa mortis</i>	481
2	Propriedade, autonomia e solidariedade familiar na sucessão <i>causa mortis</i>	482
3	A sucessão como direito fundamental	484
4	Herança e propriedade	485
5	Autonomia privada e sucessão.....	485
6	Solidariedade familiar e sucessão	486
7	Fecho	488
	Referências.....	488

OS HERDEIROS LEGITIMÁRIOS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO: AMPLIAÇÃO DA LIBERDADE DE TESTAR E PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA.....	491
1 Introdução	491
2 As razões pelas quais a proteção da legítima foi criada se sustentam ainda hoje, de modo a justificar a permanência desse instituto no Direito Civil contemporâneo?	492
3 Os princípios da solidariedade e da função social servem como motivos modernos para a permanência da proteção da legítima no sistema atual?	496
3.1 Solidariedade e legítima.....	496
3.2 Função social e legítima	497
Conclusão	499
Referências.....	500

O NOVO REGIME SUCESSÓRIO DOS COMPANHEIROS: PRIMEIRAS REFLEXÕES

HELOISA HELENA BARBOZA	503
Introdução	503
1 Regime sucessório do cônjuge a partir de 2002.....	504
2 Direitos sucessórios dos companheiros segundo o Código Civil	506
3 Aplicação do art. 1.829 do Código Civil aos companheiros: algumas questões.....	508
Considerações finais	511
Referências.....	512

COLAÇÃO PELO VALOR DO BENEFÍCIO: UMA ANÁLISE FUNCIONAL

ROSE MELO VENCELAU MEIRELES	513
1 Introdução	513
2 Reserva legítima e doação em adiantamento da herança.....	514
3 O cálculo da legítima e a colação	515
4 Sistema da colação pelo valor da doação ou da abertura da sucessão: interseções entre o Código Civil e o Código de Processo Civil	518
Conclusão	520

RISCO E RESPONSABILIDADE

FAKE NEWS: COMO GARANTIR LIBERDADES E CONTER NOTÍCIAS FALSAS NA INTERNET?

CHIARA SPADACCINI DE TEFFÉ, CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA	525
1 <i>Fake news</i> : identificação e riscos à liberdade de expressão	525
2 Liberdade de expressão e dever de veracidade	533
3 Responsabilidade civil por publicação de conteúdos falsos.....	536
Considerações finais	542

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO DOS DANOS

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO.....	545
1 Introdução	545
2 A consagração da responsabilidade civil objetiva.....	546
3 O princípio da reparação integral do dano e sua mitigação.....	548
4 Conclusão	556
Referências.....	556

A APLICAÇÃO DO LUCRO DA INTERVENÇÃO (*DISGORGEMENT OF PROFITS*) NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UM NOVO DANO NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OU UMA CATEGORIA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA?

MIGUEL KFOURI NETO, RAFAELLA NOGAROLI.....	559
1 Panorama da atual repercussão dos filtros tradicionais da responsabilidade civil na sociedade brasileira	559
2 A recepção do <i>disgorgement of profits</i> nos sistemas jurídicos ao redor do mundo.....	561
2.1 Os fundamentos teóricos na aplicação do <i>disgorgement of profits</i>	562
2.2 Análise de decisões judiciais na <i>common law</i> que aplicaram o <i>disgorgement of profits</i>	564
2.3 A recepção do instituto do <i>disgorgement of profits</i> no sistema da <i>civil law</i>	566
3 A indenização pelos lucros do ofensor no Direito Civil brasileiro	567
3.1 O <i>disgorgement</i> e o instituto do enriquecimento sem causa	572
3.2 A delimitação do objeto da restituição.....	577
3.3 A restituição pelos lucros do ofensor nos tribunais brasileiros.....	578
3.4 O caso Giovanna Antonelli	580
4 Notas conclusivas.....	583
Referências.....	585

A INOVAÇÃO BRASILEIRA DO “MÍNIMO REPARATÓRIO” PENAL E SUA APLICAÇÃO NOS PROCESSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO

NELSON ROSENVALD.....	587
1 Introdução	587
2 A inovação brasileira: “o mínimo indenizatório”.....	588
2.1 O sentido da disposição legal	588
2.2 Critérios para a fixação do mínimo reparatório	592
3 A vítima como parte civil	596
4 O projeto do novo CPP	600
5 A aplicação do “mínimo indenizatório” na Operação “Lava Jato”	602
6 Conclusão	607
Referências.....	608

RESPONSABILIDADE CIVIL POR RISCO DA ATIVIDADE: REFLEXÕES E PROPOSTAS A PARTIR DAS TRAGÉDIAS DE MARIANA E DA BOATE KISS

ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS	611
Introdução	611
1 Síntese evolutiva da teoria geral da responsabilidade civil ao longo da modernidade	611
1.1 A responsabilidade civil nas dobras da modernidade: da teoria da culpa à teoria do risco	612
1.2 Desdobramentos da teoria do risco: gerenciamento de riscos e socialização dos danos	613
1.3 Do individualismo moderno ao solidarismo contemporâneo: solidariedade social e igualdade frente aos encargos públicos.....	614
2 Novos tempos, novos danos: danos relacionados ao modo de vida na sociedade contemporânea.....	615
2.1 O incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, RS	615
2.2 O derramamento de rejeitos de minérios nas barreiras da Samarco em Mariana/MG.....	616
2.3 Caracterização desses eventos	617
3 Proposições para atualização do sistema de responsabilidade civil	618
3.1 Função preventiva e precautória da responsabilidade civil, além da função ressarcitória	618
3.2 Responsabilidade civil proporcional.....	619
3.3 Afazeres do Estado.....	620
Conclusões.....	621
Referências.....	622

PROTEÇÃO CONTRATUAL E VULNERABILIDADE

A OPERATIVIDADE DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA	625
1 Introdução	625
2 Função e estrutura da cláusula resolutiva expressa.....	626
3 Direito potestativo conferido ao credor diante da verificação do suporte fático da cláusula resolutiva expressa	628
4 Resolução extrajudicial da relação obrigacional.....	630
5 Efeitos da resolução da relação obrigacional	634
5.1 Efeito liberatório.....	635
5.2 Efeito restitutivo.....	638
5.3 Efeito ressarcitório.....	641
6 Conclusão	643
Referências.....	645

A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO COMO FUNDAMENTO DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO ADIMPLENTO SUBSTANCIAL: QUANDO OCORRE E QUAIS AS REPERCUSSÕES PRÁTICAS

BRUNO TERRA DE MORAES.....	647
1 Introdução	647
2 O adimplemento substancial associado à função social na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....	648
3 A teoria do adimplemento substancial	650
4 O adimplemento substancial e a função social do contrato.....	655
5 Conclusão	662
Referências.....	664

PROPRIEDADE IMATERIAL, PESSOA E MERCADO

VIVENDO NAS NUUVENS: DADOS PESSOAIS SÃO OBJETO DE PROPRIEDADE?

ROBERTA MAURO MEDINA MAIA.....	669
1 Introdução	669

2	Uma premissa importante	670
3	De direito absoluto a situação jurídica subjetiva: a propriedade hoje.....	676
4	A vida na lupa: propriedade e dados pessoais.....	680
5	De onde viemos, onde estamos e para onde vamos: a tutela patrimonial dos dados pessoais.....	688
6	Conclusão	694
	Referências.....	695

SUPERENDIVIDAMENTO: POR UM TRATAMENTO COLETIVO DE DÉBITOS

	DANIEL BUCAR.....	699
1	Introdução	699
2	O Projeto de Lei para a solução do superendividamento	700
3	O problema da restrição objetiva dos débitos.....	700
4	O problema da restrição subjetiva do devedor.....	705
5	Conclusão	710
	Referências.....	711

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS ADVINDOS DO USO DE BITCOINS NO BRASIL

	LUCIANA XAVIER, MARÍLIA XAVIER.....	713
1	Introdução	713
2	Aspectos fundamentais do Bitcoin	714
3	Inovação <i>versus</i> regulamentação: o papel do Direito.....	717
4	Considerações finais	721
	Referências.....	722

CONTRIBUTO PARA A DELIMITAÇÃO DOS NOVOS CONTORNOS DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO

	THIAGO VILLELA JUNQUEIRA	725
1	Introdução	725
2	Exceção de contrato não cumprido: considerações essenciais.....	726
3	Requisitos e funções da exceção de contrato não cumprido.....	731
4	Possíveis limites de oponibilidade.....	738
5	Notas finais.....	743
	Referências.....	744

ESTRUTURAÇÃO IMOBILIÁRIA E NOVAS FUNÇÕES DO CONDOMÍNIO

PACTOS COMISSÓRIO E MARCIANO NOS NEGÓCIOS JURÍDICOS COM ESCOPO DE GARANTIA

	CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO	749
1	Introdução	749
2	Projeções do pacto comissório e do pacto marciano nos negócios jurídicos com escopo de garantia	751
2.1	Na retrovenda	751
2.2	<i>No sale and leaseback</i>	754
2.3	Na procuração em causa própria.....	758
2.4	Na trajetória trifásica da apreciação do pacto comissório nos Tribunais Superiores.....	761
2.4.1	Primeira fase: o posicionamento do STF no sentido de aplicar a regra proibitiva de pacto comissório aos negócios jurídicos com escopo de garantia.....	762
2.4.2	Segunda fase: o posicionamento do STF no sentido de restringir a aplicação da regra proibitiva de pacto comissório às garantias reais típicas.....	764
2.4.3	Terceira fase: a retomada pelo STJ do primeiro posicionamento do STF no sentido de que os negócios jurídicos com escopo de garantia não podem constituir fraude à lei	769
3	Negócios jurídicos com escopo de garantia, pacto comissório e pacto marciano: paradigmas de interpretação-aplicação.....	771
	Referências.....	774

ADMISSIBILIDADE DO PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO

	PABLO WALDEMAR RENTERIA, DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRÉ	777
1	Introdução	777
2	Conceito de pacto marciano	780
3	As razões da proibição do pacto comissório.....	782
4	Validade e legitimidade do pacto marciano.....	791
5	Aspectos atinentes ao regime de execução do pacto marciano.....	793
5.1	Aquisição do bem condicionada ao inadimplemento	793
5.2	Determinação do valor justo do bem	794
5.3	Data-base de apuração do valor justo	796

5.4	Cálculo do <i>superfluum</i>	797
6	Conclusão	797
	Referências.....	799
SOBRE OS AUTORES.....		803